

DOSSIÊ

Cais do Valongo: Patrimônio Mundial Vol. 2

O Cais do Valongo como símbolo de resistência

Monica Lima

Professora de História da África, do Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) e do Programa de Pós-graduação em Ensino de História (PPGEH) do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH-UFRJ). Coordena o Laboratório de Estudos Africanos (LEÁFRICA), no IH-UFRJ, e coordenou a pesquisa na área de História no grupo técnico que redigiu o dossiê do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial.

*Deixa lavar! E livrar de todo mal
O Valongo é Resistência, Patrimônio Mundial*

O Cais do Valongo foi encontrado durante as atividades de monitoramento arqueológico sobre as obras de 2011 na região portuária da cidade do Rio de Janeiro. Já se tinha notícias de sua existência no local, mas não se sabia com exatidão onde estava e se ainda havia vestígios materiais. Uma vez tendo sido encontrados indícios da sobrevivência material do cais, a equipe de Arqueologia submeteu o achado a análises científicas e identificou no sítio o antigo local de desembarque de africanos escravizadosii. Este foi o primeiro reconhecimento. Outro reconhecimento, igualmente parte do

processo de patrimonialização tal como o entendemos, se deu quando lideranças religiosas de matrizes africanas fizeram uma visita ao local, tiveram contato com resultado da escavação, e reivindicaram a realização da lavagem simbólica do Cais do Valongo.

Nesta cerimônia, realizada pela primeira vez em 2012, não apenas demonstraram identificar o sítio como lugar de chegada dos antepassados africanos trazidos escravizados de suas terras de origem, como puderam sentir a dor e o sofrimento que dali emanava. E, clamando pelos ancestrais, procederam ao rito com as águas sagradas e flores, fazendo a limpeza do mal com muita fé, amor e beleza. Desde então, todos os anos se repete e, mesmo antes de receber o título de Patrimônio Mundial, em 2014, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro incluiu o dia da lavagem simbólica no calendário oficial da cidade. A epígrafe desta apresentação, retirada da letra do samba-enredo da escola de samba mais antiga da região, a pioneira Vizinha Faladeira, nos lembra deste reconhecimento do Cais do Valongo por parte das religiões de matrizes africanas e, ao mesmo tempo, não nos deixa esquecer da importância de enfrentarmos e tratarmos os males deixados pela escravidão.

Ao nos referirmos ao Cais do Valongo e seu entorno, entende-se, como território de significado histórico-cultural, a zona de amortecimento – tal como definida no dossiê de candidatura do bem a Patrimônio Mundial – e áreas com uma estreita e longa relação com o cais, de forte presença negro-africana, como toda a extensão da Rua Barão de Félix e as encostas do Morro da Providência. Este espaço vivo e pulsante, na época de funcionamento do Cais do Valongo, foi não somente ocupado por algumas casas do mercado que vendia pessoas escravizadas, como se tornou local de moradia, trabalho e socialização de africanos e seus descendentes diretos ao longo do século XIX. A expansão da atividade portuária, sobretudo estimulada pela exportação de café, abriu oportunidades de trabalho e atraiu gente livre e liberta. A migração da população negra vinda

do Vale do Paraíba, do Norte da antiga província do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, vai ampliar a presença de africanos e seus descendentes diretos no local, processo que se estende pelas primeiras décadas do século vinte. Esta população vai produzir mudanças significativas no espaço, e suas práticas culturais e atuação política serão ainda mais visíveis nesta parte da cidade e em suas áreas próximas, como no Centro, em torno das igrejas de irmandades negras, do Campo de Santana e da Praça Onze. Surgiu assim o território que veio a ser chamado de Pequena África por Heitor dos Prazeres, nos anos vinte do século passado.

A geografia contribui diretamente para que se possa entender a história do território do Valongo. A região ao redor do Cais do Valongo é uma área cercada por morros – Morro da Conceição, cujo lado que dá para a antiga Rua do Valongo (depois Rua da Imperatriz, e atual Rua Camerino) era chamado de Morro do Valongo - e Morro do Livramento – e na sua extensão, em curva, vem o Morro da Providência. Nestas áreas elevadas desde o século dezoito, houve chácaras destinadas a produção de alimentos, com utilização de mão de obra escrava e de trabalhadores livres – os agregados –, cujos proprietários algumas vezes possuíam trapiches na enseada do Valongo e estavam conectados às redes de comércio para Minas Gerais. A parte alta dos morros não era inicialmente lugar da população mais pobre, mas suas encostas, sim. No entanto, nas propriedades senhoriais também circulavam e viviam negras e negros que, após a saída dos donos das chácaras, seguiram, juntamente com seus descendentes, no local.

Este Valongo tão negro e africano era cenário de encontros festivos, musicais, religiosos e celebrações diversas. Como já disse alguém: se festeja não porque a vida esteja fácil, mas justamente porque, na dificuldade, a alegria se torna essencial para sobreviver. Enfrentando a escravidão e toda sua violência, a repressão das forças do Estado a toda e qualquer manifestação de afirmação, identidade e resistência, a gente

negra tocava seus tambores, fazia suas rodas de samba, dançava e convidava a presença de seus ancestrais e divindades. Se manifestava politicamente, erguia barricadas reais – como na Revolta da Vacina, em 1904 – e simbólicas para defender seu território.

O segundo número do dossiê Cais do Valongo na Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro traz artigos de diferente natureza e abordagem, iluminando por diversos meios as histórias de personagens da região, e acionando instrumental conceitual para se compreender a importância da construção do conhecimento sobre o local como base para uma discussão teórica crítica. Desta maneira, a leitura dos textos contribui para o estímulo a novas pesquisas, para a ampliação da discussão sobre o processo de patrimonialização do cais e sua região, com seus desdobramentos para o debate sobre história pública, lugares de memória, para a história da escravidão e da conquista da liberdade e direitos pela população negra – que envolve tudo isso.

História é feita por gente e, com as pessoas sendo identificadas, adquire ainda mais sentido e concretude. O artigo “A Flor do Morro”: Famílias escravizadas, agregadas e senhoriais do Livramento e Valongo, Rio de Janeiro, Séculos XVIII e XIX, de Ricardo Costa de Oliveira, traz justamente os nomes e as relações de parentesco, proximidade e convivência de pessoas que habitavam a antiga Quinta do Livramento, chácara que ocupava o morro de mesmo nome, desde o século XVIII até o século XIX. Com minucioso levantamento realizado nos arquivos paroquiais e eclesiásticos, o autor desvenda vínculos interpessoais e genealogias ao longo do tempo, enfocando as famílias senhoriais, agregados, libertos e escravizados. Neste levantamento, traz notícias sobre a família do escritor Machado de Assis, que nasceu e viveu sua infância nesta localidade. Os dados apresentados por Ricardo Costa além de constituírem preciosa informação, possibilitam que, a partir deles, possam ser realizadas pesquisas sobre as trajetórias dos personagens cuja identidade seu texto ilumina. E assim, contribui para

que o Valongo possa ser compreendido, ao longo do tempo, também a partir de histórias individuais e familiares - com seus laços, conflitos, redes de contato e sociabilidades.

O processo de patrimonialização do Cais do Valongo produziu uma visível ampliação do conhecimento sobre lugares vinculados à presença negro-africana na região portuária. No entanto, é importante lembrar que o reconhecimento das características histórico-culturais desta parte da cidade não se iniciou com o achamento do histórico cais. Em 1984, a Pedra do Sal passou a fazer parte do patrimônio estadual, em 1986, foi criado o Centro Cultural José Bonifácio, uma instituição voltada para a cultura negra - onde hoje funciona o Museu de História e Cultura Afro-brasileira, o MUHCAB - e, em 1996, Merced Guimarães encontrou no terreno de sua casa em obras, o Cemitério de Pretos Novos - hoje em dia preservado pelo Instituto de Pretos Novos, o IPN. No entanto, a descoberta dos vestígios arqueológicos do Cais do Valongo e sua repercussão no meio acadêmico, a mobilização que foi realizada por afro-religiosos e pelo movimento negro em torno deste lugar de memória, e o espaço conquistado na imprensa por este evento, deflagraram uma série de desdobramentos, entre os quais a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana - mais tarde conhecido apenas como Circuito da Herança Africana - no território do entorno do cais. Estas mudanças foram acompanhadas por um crescimento dos estudos sobre a presença negra na cidade e no país e por uma série de políticas públicas vinculadas às ações afirmativas, bem como a conquista de um maior reconhecimento de entidades vinculadas à cultura afro-brasileira como interlocutores necessários na patrimonialização de bens materiais e imateriais. A presença crescente de negras e negros nas universidades e instituições científicas, ainda que longe de ser em percentual justo, pressionou também na direção da valorização da história e memória negras.

Tal processo faz parte do cenário no qual a história do Cais do Valongo e sua região de entorno se afirmam, e passam a ser necessários novos parâmetros conceituais para uma abordagem referenciada dos processos e trajetórias humanas vividas e sofridas neste lugar. O artigo *Descolonizando o Conhecimento: O Cais do Valongo como lugar de memória da escravidão no Brasil e estratégia de Reparação*, de Sebastião Rocha, apresenta uma análise da relação entre o processo de patrimonialização do Cais do Valongo e importância do referencial teórico decolonial neste processo, entendendo que o reconhecimento deste lugar de memória negro-africana como parte fundamental da constituição da identidade nacional constitui uma política de reparação histórica. O texto situa os estudos sobre o cais e a região da Pequena África carioca, estabelecendo uma relação com outros sítios de memória da escravidão negro-africana no nosso país.

Em outro campo de análise, mas também voltado para a discussão sobre os patrimônios vinculados à história da escravidão no Brasil, o artigo de Débora Rios, *Lugar de memória, lugar de consciência: o Cais do Valongo e o debate sobre a escravidão no espaço público*, traz a discussão sobre o sítio arqueológico em sua especificidade conceitual, considerando a temática central que o envolve e define. Trata-se de uma abordagem que foi situada pelo dossiê de candidatura a Patrimônio Mundial, quando se relevou o caráter de memória sensível a ser atribuído a este local, considerando que a violência e o sofrimento conferem um significado determinante ao cais. A autora correlaciona de forma muito competente este debate à afirmação da história pública como forma de divulgação e ampliação das possibilidades do conhecimento sobre patrimônios desta natureza. E, desta maneira, insere o conceito de lugar de consciência como caminho teórico para a definição de sítios como o Cais do Valongo, cujo reconhecimento pode contribuir para uma percepção que produz não apenas aprendizagem, como engajamento por parte da sociedade.

Esta história, numa perspectiva de pertencimento à história da presença negra na cidade, não se limita aos espaços geográficos do cais e seu entorno, mas se estende a outros logradouros com as quais os personagens das suas ruas e becos estabelecem relações, e para onde muitas vezes migram. A região do Cais do Valongo foi também um epicentro de onde africanos e seus descendentes diretos partiram, na maior parte das vezes por força de circunstâncias alheias às suas vontades, para habitar outros lugares da cidade, levando suas casas religiosas e suas famílias. Outras vezes, migrações negras de outras províncias do país, nas décadas iniciais do século vinte, chegaram à zona portuária como primeiro ponto de acolhida, mas tomaram o rumo ao que veio a constituir a zona suburbana do Rio de Janeiro. Sendo assim, entendendo que iluminar a história do Cais do Valongo e da formação da Pequena África carioca significa ampliar os espaços de presença das memórias negras na cidade, torna-se oportuno trazer um olhar mais amplo em espaço e tempo, e contemplar outros lugares e a criação de novas referências visíveis destas histórias.

O artigo Mano Eloy em Negro Muro: Memórias afetivas e história pública no Império Serrano, de Alessandra Tavares, sobre a homenagem a Mano Eloy pelo coletivo Negro Muro caminha nesta direção. Ao destacar a iniciativa deste grupo, que se dedica, por meio da arte urbana, a registrar em espaços significativos e com grande visibilidade, imagens de personagens negras e negros da cidade, a autora traz com pertinência o debate sobre a relação entre memória e reconhecimento. O trabalho do Negro Muro é analisado por Alessandra Tavares a partir da ação do grupo dirigida a produzir uma pintura celebrando Mano Eloy no muro de entrada da Escola de Samba Império Serrano. Este grande personagem, que migrou do Vale do Paraíba para o Rio de Janeiro no início do século passado, foi vendedor de balas no Campo de Santana ao chegar, e em seguida trabalhador portuário, circulou pela Pequena África e participou, como frequentador dos terreiros afro-religiosos, sambista e sindicalista, de

diversos eventos e processos na região. Ao entrar em contato com a comunidade negra do Morro da Serrinha e arredores, passou a participar de grupos de jongo no local, e da fundação da escola em cujos muros hoje sua imagem está registrada. O artigo traz a discussão sobre a forma como o Negro Muro se torna capaz de criar referências para a memória e história pública e ao mesmo tempo que se alimenta de conteúdos produzidos por estudos oriundos de pesquisas realizadas sobre fontes documentais no campo acadêmico-científico, em diálogo com os relatos da tradição oral das comunidades.

A escravidão e, em especial, o tráfico escravista e a atividade de compra e venda de pessoas postas em cativeiro, são marcas históricas da região do Cais do Valongo e da Pequena África carioca, seja como dado explicativo de sua própria existência como patrimônio, seja como memória da última geração de escravizados e seus descendentes diretos. E a luta e conquista da abolição passou por diversos caminhos, atravessando inclusive espaços reconhecidos como senhoriais. Neste sentido, os documentos transcritos por Nadson de Souza, Discurso do Exm. Sr. Dr. Vice-presidente J.J. da Silva Pinto, por ocasião da primeira libertação no Paço Municipal, no dia 29 de julho de 1885 e Carta a Sua Majestade Imperatriz do Brasil (6 de março de 1886), tratando de uma cerimônia de libertação de escravizados e da demanda de uma mãe liberta pela inclusão do nome de sua filha neste grupo a ser alforriado, são exemplos de fontes relevantes para conhecer melhor os processos de manumissão e os sujeitos históricos neles envolvidos. Os documentos encontram-se catalogados como parte da série Escravidão no setor de Documentação Escrita do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e sua transcrição abre possibilidades para estudos a partir dos mesmos e o conhecimento, pela leitura, sobre essas formas pelas quais a conquista da liberdade também se operava.

E se, como acreditamos, são as pessoas, com suas particularíssimas qualidades e trajetórias, que fazem a História, nada mais importante que

poder ouvir – pela leitura - esses sujeitos contarem sobre si próprios. Assim, a entrevista de Leonardo Mattos ao Sacerdote Gangazauangi/Marcos César, é uma dessas fontes de conhecimento e aproximação à história de vida de um personagem que vive, circula e atua na região do Cais do Valongo e da Pequena África carioca. Trazer com respeito e consistência a fala do Pai Marcos César, figura presente e fundamental no local, é reconhecer que a palavra é memória viva, como bem afirmou Amadou Hampâté-Bâ no seu clássico e belo texto na coleção História Geral da África, ao se referir à tradição oral africanaiii. A trajetória do sacerdote permite perceber de que forma os terreiros de religiões de matrizes africanas se relacionam diretamente com a produção do território e os processos de acolhida e sociabilidade da população negra. Ao mesmo tempo em que Pai Marcos César desafia com seu relato a veracidade de certas informações sobre a história das casas afro-religiosas no Valongo, as perguntas certeiras do entrevistador vão revelando aspectos de sua vida que se referem a sua luta pela sobrevivência, e são parte da própria sobrevivência das tradições negras no local.

O segundo número do dossiê Cais do Valongo da Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro é um convite renovado a conhecer ainda mais o espaço e seus habitantes.

Boa leitura!

NOTAS

ⁱ Trecho do samba-enredo da A.R.E.S. Vizinha Faladeira no Carnaval de 2024: *Cais da Resistência*, de autoria de Orlando Professor, Osmar Nunes, Luiz Fernando, Miguelzinho Beserra, Rodolfo Caruso e Rodrigo Carvalho. Ver <https://www.youtube.com/watch?v=fmHpelizQCo> Acesso em 17 de fevereiro de 2024

ⁱⁱ Conforme LIMA, Tania Andrade, SENE, Glauca Malerba e SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, n° 24, jan-abril 2016. Ver

<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/vjWTwK9V4gPSSZWjgVZ8tTb/?lang=pt#> acesso em 16 de fevereiro de 2024.

ⁱⁱⁱ UNESCO. Coleção História Geral da África, volume I. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249>